

EXAME DE ORDEM 01/2007

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO TARDE

PEÇA PROCESSUAL

Área de Opção: Direito Civil e Processual Civil

Instruções

1. Verifique se este caderno contém a **proposta de uma peça processual** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda à questão com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **3h30min**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

Cidade de Prova: _____

A Companhia Siderúrgica dos Ausentes, sediada em Porto Alegre-RS, em virtude de suas atividades industriais, é contribuinte do ICMS, sujeitando-se, portanto, ao regime da não-cumulatividade (art. 155, inc. II, e § 2º, incs. I e II, da CF). A empresa, para que possa realizar sua finalidade social, adquire o detergente químico Y (sujeito à incidência do imposto), que, não obstante servir também para limpeza doméstica, comercial ou industrial, é um produto essencial para o processo de fundição dos metais por ela produzidos. Por isso, na apuração do ICMS a pagar, a empresa aproveita-se dos créditos por entradas do detergente Y com a incidência do mesmo imposto, reduzindo, evidentemente, o valor a pagar.

A Secretaria da Fazenda do RS, em procedimento regular de fiscalização, verificou, nos livros fiscais da empresa, o aproveitamento dos créditos decorrentes da aquisição do detergente e, por considerá-lo material de uso e consumo, glosou o valor de R\$ 650.000,00 aproveitados, autuando a empresa e dando-lhe prazo para impugnar o lançamento tributário de ofício.

Impugnado o lançamento e instaurado o processo administrativo fiscal, a empresa sustentou ser o detergente um insumo no processo produtivo, juntando provas documentais e laudos técnicos que abonavam a linha de argumentação. Independentemente disso, a empresa requereu, em sua impugnação, que fosse determinada perícia técnica que demonstraria à exaustão o alegado.

A autoridade administrativa julgadora de primeira instância, no entanto, indeferiu o requerimento pericial, por não haver, na legislação estadual, permissão para a produção deste tipo de prova no contencioso administrativo fiscal e por restar claro o caráter protelatório do pleito, pois evidente que o detergente Y tem somente a finalidade de limpeza, jamais a de se consubstanciar em insumo em processo produtivo. Em razão deste último entendimento, julgou procedente o auto de lançamento, determinando a cobrança da exação bem como a intimação do contribuinte para, querendo, recorrer à segunda instância administrativa.

Diante de tal permissivo, a empresa interpôs recurso administrativo, reiterando seus argumentos originários, pugnando pela anulação da decisão administrativa singular, posto haver cerceado o direito de defesa ao indeferir o pedido de perícia, e atacando, no mérito, os argumentos sustentadores do julgamento, apoiada novamente nas normas técnicas de produção de seus metais.

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais manteve a decisão singular por seus próprios fundamentos, corroborando-a. No tocante ao pedido de nulidade, dada a evocação do texto constitucional como fundamento para a reforma da decisão, aduziu não ter competência para tratar do tema uma vez que matéria afeita exclusivamente ao Poder Judiciário.

Não cabendo qualquer outro recurso, o processo administrativo fiscal de constituição do crédito tributário chegou ao termo em 16.08.2006, data em que foi intimado o contribuinte do conteúdo definitivo do julgamento. Na oportunidade, consoante a legislação tributária de regência, facultou-se ao contribuinte pagar o débito com desconto da multa e dos juros de 20%, ou ainda com o parcelamento em 60 meses, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Como a empresa não efetuou o pagamento do tributo, em 25.08.2006, foi inscrito o crédito tributário em dívida ativa, sendo o contribuinte notificado e renovando-se a possibilidade de pagamento do montante devido com os descontos legais, ou ainda com o parcelamento em 60 meses, sob pena de execução fiscal.

A administração da empresa preferiu então aguardar que a Fazenda Pública do RS promovesse a execução fiscal, momento em que, oportunamente, depositando a quantia tida por devida, promoveria os competentes embargos à execução fiscal.

Em março de 2007, recebeu a empresa uma tentadora proposta de fusão por parte de uma multinacional do setor em que atua, algo que traria resultados por demais satisfatórios a seus acionistas. Entretanto, a multinacional, ao averiguar a situação fiscal da empresa, constatou existir aquela pendência fiscal. Nestas circunstâncias, notificou a Companhia Siderúrgica dos Ausentes a, caso tivesse interesse na concretização do negócio, efetuar o pagamento atualizado da dívida, ou discuti-lo judicialmente, desde que, quanto a esta última hipótese, não houvesse qualquer possibilidade de a empresa vir a sofrer conseqüências jurídico-processuais e tributárias, senão eventualmente o pagamento de custas e honorários de sucumbência.

A diretoria da empresa tem o forte propósito de discutir o crédito tributário contra si definitivamente lançado, por acreditar na lisura dos aproveitamentos levados a efeito. Além disso, pretende impedir que novas autuações sejam feitas, por não ter a empresa intenção de cessar os aproveitamentos de créditos de ICMS pelas entradas do detergente Y. Como advogado da Companhia Siderúrgica dos Ausentes, tome as providências judiciais cabíveis, redigindo a peça processual adequada ao atendimento dos interesses de seu cliente. Assine-a com o pseudônimo de Manuel Bandeira, OAB/RS 0001.